



A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE A PARTIR DA PRODUÇÃO DE TESES

Paulo Eduardo Silva Galvão ¹
Celeida Maria Costa de Souza e Silva ²

RESUMO

O presente artigo apresenta a revisão de literatura a respeito da temática, a inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: análise a partir das produções de teses. Foram realizadas pesquisas nos bancos de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que vertem para a temática apresentada, onde foram selecionados os resumos das teses publicadas entre 2007 e 2019. No que diz respeito à pesquisa realizada, observa-se que a temática investigada tem apresentado crescimento na produção acadêmica em nível de teses de doutorado. Nos acervos pesquisados há 21 teses tendo como pertinência as políticas educacionais de educação superior e a pessoa com deficiência. No que se refere às informações contidas nos resumos das teses encontradas, apurou-se que as mesmas contemplam seis eixos de análises: Direito à Educação e Educação Especial; Políticas Públicas de inclusão de estudantes com deficiências na Educação Superior; Políticas de Inclusão Institucional para Estudantes com Deficiências; Ingresso e permanência do estudante com deficiência no Ensino Superior; Trabalho Docente e Educação Especial no Ensino Superior. Conclui-se que, as políticas educacionais de educação superior para a pessoa com deficiência têm se constituído em um campo de pesquisa promissor. E, há necessidade de se desenvolver mais pesquisas referentes à temática e que por meio delas, políticas públicas educacionais podem ser reivindicadas, elaboradas e efetivadas.

Palavras-chave: Educação Superior, Pessoa com Deficiência, Direito à Educação, Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo realizar a revisão de literatura a respeito da temática: “a inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: análise a partir das produções de teses”. O objeto de investigação deste artigo³ é parte integrante da pesquisa

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado - da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE/UCDB) – MS, paulo1970edu@gmail.com;

² Professora Orientadora. Doutora em Educação. Professora no Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado - da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE/UCDB) – MS, celeidams@uol.com.br.

³ O artigo é parte integrante do projeto de pesquisa financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.



de tese de doutorado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado – em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB).

Neste artigo será apresentado o contexto das produções de teses de doutorado publicadas nos bancos de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que vertem para a temática apresentada.

Para a apreensão das políticas educacionais que contemplam a inclusão da pessoa com deficiência na educação superior é necessário ter o conhecimento a respeito do direito a educação. Nesta abordagem, toma-se o direito à educação superior orientando-se pela perspectiva do direito à educação superior afirmado por Dourado e Oliveira (2016) como direito social⁴.

O DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O direito à educação está garantido na Constituição Federal de 1988. Na Carta Magna, a educação é direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado. No que se refere ao direito à educação de pessoas com deficiências está assegurado, no art. 208, que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

O direito à educação da pessoa com deficiência no ensino superior passa a configurar-se na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação,

⁴ O conceito de direitos sociais, surgiu no século XIX e prosseguindo nos meados do século XX, abrange todos aqueles direitos marcados pela luta dos trabalhadores, “são de caráter social mais geral, como o direito à educação, saúde, habitação, lazer e segurança”. No Brasil, são reconhecidos como “direitos do cidadão”. SILVEIRA, Adriana A.D. A busca pela efetividade do direito à educação: análise da atuação de uma Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do interior paulista. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 233-250, 2010. Editora UFPR.



orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nas etapas mais elevadas do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior,

Neste contexto inclusivo inicia-se a discussão a respeito de políticas educacionais na educação superior para a pessoa com deficiências. As diversas manifestações de movimentos e grupos sociais promoveram a efetivação da legislação favorecendo o acesso e permanência deste público nas universidades públicas e privadas. No que refere à Educação Especial na Educação Superior, Junior e Felício (2015) apontam que o PNE (2014-2024),

[...] normatiza que deve-se garantir o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, bem como a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais (BRASIL, 2014a). Mais uma vez a legislação delinea a educação especial como transversal aos níveis (Educação Básica e Superior), etapas (Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio) e modalidades de ensino (Educação de jovens e adultos, Educação profissional, Educação escolar indígena, Educação à distância). (JUNIOR e FELÍCIO, 2015.p. 808)

O tema das políticas educacionais para a pessoa com deficiência na educação superior leva a compreensão de que o mesmo remete ao processo histórico deste grupo, que teve um longo caminho marcado pela influência de uma sociedade elitizada, excludente com os grupos de minorias.

Com toda esta trajetória histórica da educação especial, desde a educação infantil a educação superior, no contexto educacional brasileiro permitiu que surgissem inúmeras investigações a respeito da temática referente as políticas educacionais para a pessoa com deficiência na educação superior. As investigações promoveram as produções de artigos acadêmicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, além de diversas discussões em eventos nacionais e internacionais. O presente texto, perante a investigação, procurou realizar a pesquisa das produções de teses nos Programas de Pós-graduação das instituições públicas e privadas objetivando desenvolver com isso a revisão de literatura.



METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo foram consultados a base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e selecionados os resumos das teses publicadas entre 2007 e 2019, tendo em vista a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

De acordo com Mendes e Ribeiro (2017), esses mapeamentos são fundamentais para acompanhar a constituição de uma área do conhecimento, porque revelam as temáticas que permanecem ao longo do tempo, assim como esmaecem os que despontam promissores e apontam as metodologias priorizadas pelos pesquisadores, fornecendo elementos importantes para aperfeiçoar a pesquisa num determinado campo do saber.

O interesse pela investigação na área da Educação Especial se deu devido a experiência profissional do doutorando nessa modalidade da Educação. A necessidade de realizar essa pesquisa se evidencia na importância de compreender o percurso histórico da educação especial e como as políticas educacionais para a pessoa com deficiência se efetiva na educação superior.

O levantamento nos bancos de dados, utilizou os seguintes descritores: Direito à Educação; Educação Especial; Ensino Superior; Pessoa com Deficiência; Estudante com Deficiência, utilizando os termos no singular e no plural, refinando os resultados apenas a área da educação.

Os resumos pertinentes à temática foram analisados e catalogados em uma planilha de Excel com as seguintes informações: título, palavras-chave, autores, instituição, estado/região, ano, endereço de publicação, resumo, objetivo, metodologia, instrumento de coleta de dados, abordagem metodológica para análise de dados. Quando informações não eram contempladas no resumo buscou-se no corpo do texto das teses.

O MAPEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

No que diz respeito à pesquisa realizada, observa-se que a temática investigada tem apresentado crescimento no que se refere a produção acadêmica em nível de teses de



doutorado. Nos acervos pesquisados, BDTD e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES há 21 trabalhos tendo como pertinência as políticas educacionais de educação superior e a pessoa com deficiência. De acordo com Martins, Leite e Lacerda (2015), o aumento da produção científica do tema abordado se justifica pelo crescente número de matrícula de pessoas com deficiência na educação superior, principalmente nas instituições públicas, em decorrência de programas do governo federal oriundos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciada em 2003.

Nesta pesquisa foram encontradas 18 teses produzidas em programas de Pós-Graduação em Educação de universidades públicas, tal número denota o pioneirismo destas universidades nas investigações referente à temática. Deste total de publicações, 14 foram produzidas em programas de universidades federais, 04 foram produzidas em programas de universidades estaduais, enquanto em instituições privadas tiveram 03 publicações, sendo uma delas em instituição privada comunitária.

Outro critério de observação apontado na pesquisa foi a produção quanto às regiões geográficas brasileiras assinaladas no objeto de investigação. Das produções, 10 teses retratam a realidade das universidades no contexto da região Sudeste, 04 produções abordam em seus textos o contexto da região Sul, a região Nordeste com 02 teses e as regiões Centro-Oeste e Norte aparecem em com 01 tese cada uma. Das produções apontadas na pesquisa, duas delas realizam a abordagem no contexto nacional e uma tese realiza a investigação no contexto de três regiões: Sul, Norte e Nordeste.

No que se refere às informações contidas nos resumos das 21 teses encontradas, estas contemplam seis eixos de análises: Direito à Educação e Educação Especial; Políticas Públicas de inclusão de estudantes com deficiências na Educação Superior; Políticas de Inclusão Institucional para Estudantes com Deficiências; Ingresso e permanência do estudante com deficiência no Ensino Superior; Trabalho Docente e Educação Especial no Ensino Superior.

Do mapeamento realizado, constata-se que a maioria das produções se concentra no período de 2010 – 2019, observa-se também que de acordo com os eixos de análise as teses ficaram assim distribuídas.

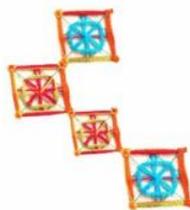
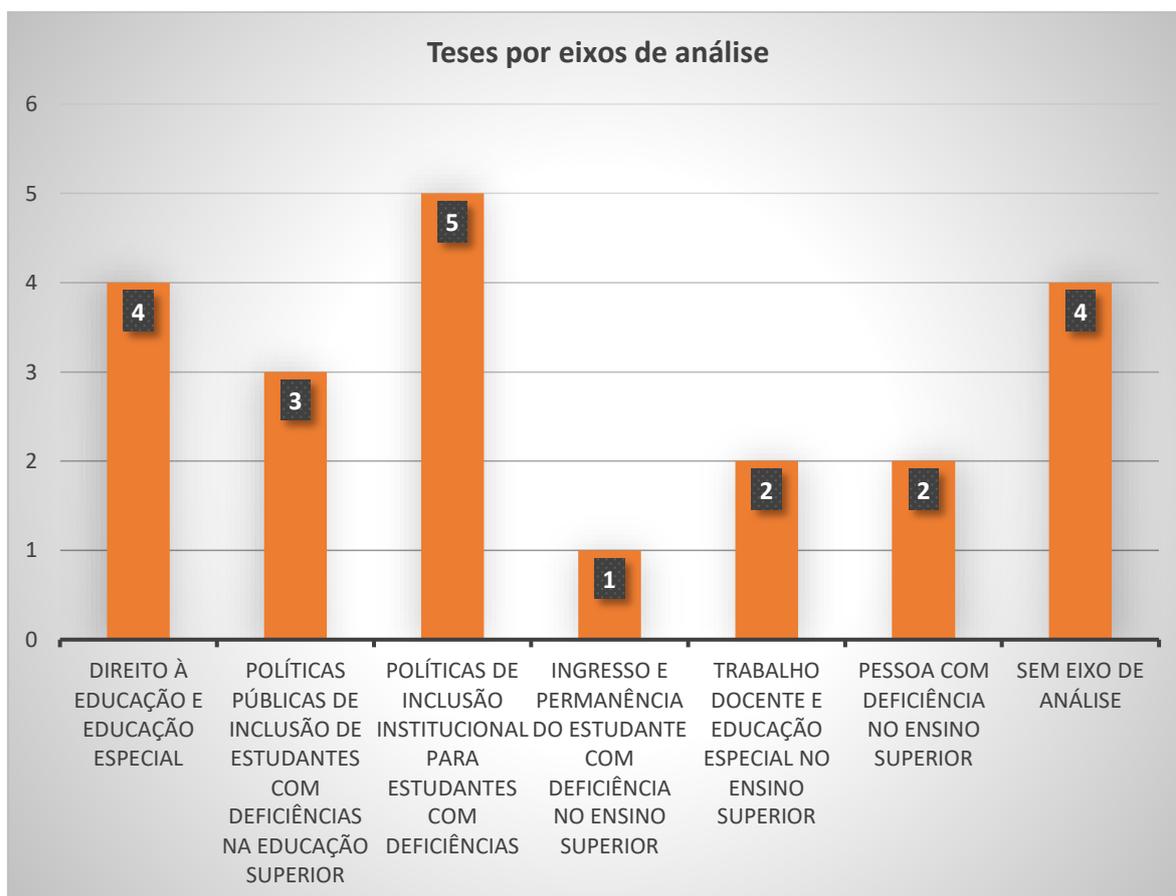


Gráfico 01- Produções de Teses por Eixos de Análise



Elaborado pelo pesquisador.

Os eixos temáticos permitiram descrições sobre as teses encontradas. No primeiro eixo: “Direito à Educação e Educação Especial”, reunimos quatro teses. De acordo com Fernandes, Schlesener e Mosqueira (2011), as instituições de ensino superior precisam superar por meio de políticas os paradigmas estabelecidos pela sociedade no decorrer da história da humanidade, para os autores,

O Paradigma de Inclusão coloca a necessidade de não só o indivíduo deficiente mudar e se adaptar à sociedade (integração), mas de a sociedade também mudar e promover ajustes para o processo do desenvolvimento do sujeito e de reajuste da realidade social para a vida deste na sociedade (inclusão) (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 142).



A instituição de ensino superior precisa por meio das políticas educacionais promover e garantir o direito à educação dos estudantes com deficiência favorecendo o acesso e permanência, a efetivação do cumprimento do que é previsto em lei, como mencionado anteriormente neste artigo, principalmente no que se refere aos recursos materiais e humanos que contemplem as necessidades destes estudantes no ensino superior.

As pesquisas desenvolvidas neste eixo apresentaram preocupação quanto a compreensão das ações direcionadas aos estudantes com deficiência no contexto das instituições de Educação Superior, bem como, entender os processos de aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual nestas instituições identificando o que possibilita/promove/facilita a aprendizagem desses estudantes, sua aprovação, promoção e conclusão na Educação Superior.

No eixo “Políticas Públicas de inclusão de estudantes com deficiências na Educação Superior”, foram encontradas 03 teses, estas apresentaram a preocupação quanto ao processo de escolarização de estudantes com deficiências na Educação Superior e o aparato legal de políticas públicas que favoreçam este processo. Segundo Miranda (2014), a implementação de mudanças não é restrita apenas às determinações legais, exigem, da mesma forma, políticas que determinem estratégias e ações de inclusão, pois há distância entre a letra da lei e a realidade. Para o pesquisador,

Políticas destinadas a garantia do direito à educação foram criadas a partir de interpretações do poder público e influenciadas pelos movimentos da sociedade civil que, buscam proteção legal para esses grupos, fazendo surgir com o direito à igualdade o direito à diferença, o que importa ao respeito à diversidade (MIRANDA, 2014. p. 160).

As pesquisas desenvolvidas neste eixo mostram que a abordagem da temática precisa ampliar as investigações no contexto educacional brasileiro. Apesar do processo de inclusão de estudantes com deficiência já ser garantido por lei há mais de dez anos a presença destes alunos na educação superior é muito abaixo do esperado. As políticas públicas precisam ultrapassar a elaboração da lei, precisam ir até a realidade dos estudantes com deficiências compreendendo a sua prática e efetivação.



Para o eixo “Políticas de Inclusão Institucional para Estudantes com Deficiências”, apresenta 05 teses que objetivaram analisar as políticas institucionais das universidades que atendem aos estudantes com deficiências. O acesso e permanência foram assuntos relevantes nas discussões destes trabalhos. Desta forma, o contexto de políticas educacionais para o estudante com deficiências precisa ser pensado no interior das instituições. Para Omote, Mendes e Amaral (1994),

“A presença de pessoas com deficiência na Universidade é, pois, um processo interativo, assegurado pelos direitos dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à participação social”.

[...] “se a Universidade desejar assegurar esses direitos terá que estabelecer objetivo e diretrizes gerais visando à garantia das condições de acesso, ingresso e permanência de pessoas com deficiência em seus quadros, com qualidade de vida que lhes ermitã sucesso”. (MENDES, OMOTE E AMARAL 1994).

Nas pesquisas que integram este eixo observou-se a preocupação em evidenciar as políticas institucionais, que por meio de ações, buscam promover o acesso e permanência dos estudantes nas universidades visando o bom desempenho acadêmico. Alguns trabalhos discutiram as práticas dos atores envolvidos no fazer de políticas setorial, a fim de clarificar os limites e avanços da lógica do reconhecimento social para o estabelecimento de políticas institucionais. Outro tema evidenciado diz respeito à orientação acadêmica e profissional dos alunos com deficiência.

De acordo com Mendes e Ribeiro (2017), a história da universidade brasileira, a democratização e a universalização do acesso ao ensino superior no país e a elaboração das políticas de inclusão implicando numa ressignificação desses espaços são acontecimentos históricos muito recentes. Assim como as barreiras arquitetônicas, o preconceito em relação aos indivíduos com deficiência talvez, ainda seja um dos maiores desafios para a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

No eixo “Ingresso e permanência do estudante com deficiência no Ensino Superior”, foi selecionada apenas uma tese. O estudo apresenta o contexto em universidades públicas brasileiras, para isto objetivou identificar as ações e iniciativas de universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso e permanência de pessoas com



deficiência, a fim de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no cotidiano do ensino superior.

De acordo com Castro e Almeida (2014),

Pode-se observar que a criação da maioria desses serviços é recente, isso pode ser devido às políticas de financiamento de ações voltadas para a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior, dentre essas políticas destaca-se o Programa Incluir do Ministério da Educação (MEC). Esse programa, que tem entre seus objetivos fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade e implementar políticas de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior (BRASIL, 2007), serviu de base para a criação de muitos serviços de apoio aos alunos no Brasil (CASTRO E ALMEIDA, 2014. p. 186).

Neste sentido, compreende-se o contexto de universidade públicas brasileiras, que fizeram parte da pesquisa, de que é possível constatar os três grandes desafios para essas universidades que objetivam implantar ações e iniciativas quanto ao ingresso e permanência de estudantes com deficiências na educação superior: Romper as barreiras ainda existentes, principalmente, as atitudinais; prever e prover as condições de acessibilidade (física, comunicacional e pedagógica) e criar alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos professores.

Corroborando com Castro e Almeida (2014), compreende-se que uma educação superior que prime pela presença de todos os estudantes na universidade carece de investimentos em ações, em materiais adequados, em qualificação docente, em adequação arquitetônica, mas, principalmente, investimentos em ações que combatam atitudes inadequadas e preconceituosas.

Com o descritor “Trabalho Docente e Educação Especial no Ensino Superior” foram encontradas duas teses. Estas buscaram compreender as representações sociais dos estudantes com deficiência do curso de Pedagogia e as implicações dessas representações para a prática docente. Outro aspecto relevante é compreender os efeitos do processo de inclusão destes alunos na docência universitária.



De acordo com Araújo (2016), para que a formação profissional dos nossos jovens ocorra com qualidade, é preciso superar os princípios da educação integradora, manifestos por meio de práticas que passam, com frequência, a responsabilidade de superação das dificuldades de aprendizagens aos alunos e familiares, pelos princípios da educação inclusiva, que possibilitam a constituição de práticas que identificam as dificuldades de cada aluno e buscam promover mecanismos que os ajudem no processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto analisado e que foi possível considerar, conforme Pieczkowski (2014),

Tensionar a inclusão em suas múltiplas facetas, não significa defender o retorno à forma como pessoas com deficiência foram predominantemente tratadas até um passado recente: mortas, segregadas, excluídas da sociedade e da vida, visualizadas pelo prisma do exótico, do estranho ou da invisibilidade. Tampouco significa que devemos esperar que algum “iluminado” diga como se faz a “verdadeira inclusão”, mas provoca a pensar que os caminhos da inclusão e da docência são desenhados no caminhar, no encontro com o novo, com sujeitos diferentes (PIECZKOWSKI, 2014. p.189).

Nesta perspectiva, de acordo com o investigado, esta dimensão não quer mensurar que se defenda a aventura, o imprevisto, o desconhecimento e descompromisso com estratégias que nos fazem melhores no exercício da docência. Tensionar a inclusão é refletir acerca de processos que nos subjetivam e governam, que nos fazem assumir como verdades pressupostos que nos causaram, ou causarão estranhamento em algum tempo.

As pesquisas apontam que o processo de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior está sendo construído juntamente com a efetivação da legislação. O direito à educação deste público nesta etapa de ensino tem promovido discussões e interesse nas investigações por parte dos programas de pós-graduação tanto de universidades públicas quanto de universidades privadas.

O que se tem observado no contexto de produções em teses de doutorado é a ampliação significativa dos temas abordados, os objetivos não se limitam somente ao



processo de inclusão, como se apresentam no ingresso, na permanência, nas políticas institucionais que norteiam todo o contexto inclusivo.

Este novo direcionamento das abordagens na produção das teses pode ser resultante de políticas públicas firmadas no contexto nacional nos últimos anos, como o ProUni (2004), o Programa Incluir (2005), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2011), que favorecem o acesso e definem ações para a permanência de estudantes com deficiência na educação superior.

Quanto ao que direciona o desenvolvimento das pesquisas em educação foi possível perceber que a temática referente às políticas públicas e ações institucionais para os estudantes com deficiência na Educação Superior, ainda, apresenta-se como uma temática desafiadora. As abordagens direcionam novas perspectivas de investigações e análises, novos interesses para com o processo de inclusão deste público nas instituições de ensino superior. Para Mendes e Ribeiro (2017), os estudos que abordam a trajetória das pessoas com deficiência no ensino superior também se mostraram significativos e podem ser compreendidos como um campo de pesquisa peculiar, pois, ao ir ao encontro das experiências vividas por esses sujeitos, durante sua trajetória na universidade, pode ser possível romper com alguns preconceitos em relação à pessoa com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi apresentado como produções nos bancos de teses da BDTD e Capes, pode-se afirmar que houve um avanço significativo no que se refere a temática abordada. O interesse em apresentar o processo histórico da educação especial e o direito à educação dos estudantes com deficiências na educação superior ficou evidenciado nas produções apontando vários objetivos específicos.

Os resultados do levantamento mostram que as produções sobre as políticas educacionais de educação superior para a pessoa com deficiência se ampliaram desde 2007, com a Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e com o aparato legal que emergiu a partir desta.



No que se refere as produções em âmbito regional brasileiro, observou-se que a maioria das investigações se concentra na região Sudeste, seguida pela região Sul, e que nas demais regiões pouco se tem produzido no que se refere a temática que aborda o direito à educação de estudantes com deficiências na educação superior.

Conclui-se que, as políticas educacionais de educação superior para a pessoa com deficiência na educação superior têm se constituído em um campo de pesquisa promissor. E, há necessidade de se desenvolver mais pesquisas referentes à temática e que por meio delas, políticas públicas educacionais podem ser reivindicadas, elaboradas e efetivadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernanda M. A. de. **As representações sociais de pessoas com deficiência dos estudantes dos cursos de Pedagogia:** quando a educação inclusiva interroga a formação do docente. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, PE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

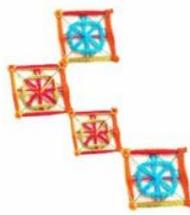
_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Projeto de lei nº 3.582, de 18 de maio de 2004. **Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências.** 2004. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – **Plano Viver sem Limite.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em 20 ago. 2020.



_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEEP, 2008.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Serviços: **Banco de teses**. 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CASTRO, Sabrina F. ALMEIDA, Maria A. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, Abr.-Jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n2/03.pdf>. Acessado em 16 ago. 2020.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v. 2, p. 132-144. 2011. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

IBICT. Instituto Brasileiro De Informação Em Ciência E Tecnologia. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)**. Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 18 ago. 2020

JUNIOR, Samuel V. S. FELÍCIO, Natália C. de. **O plano nacional de educação (2014-2024) e a educação especial: desafios e perspectivas**. EDUCERE. XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR, Curitiba PR. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16319_10958.pdf. Acesso em: 25 de ago. 2020.

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 984-1.014, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362015000400984&script=sci_abstract>. Acesso em: 18 de ago. 2020.

MIRANDA, Wagner T. S. **Inclusão no ensino superior: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 2014.

OMOTE, S. AMARAL, L.A. MENDES, E. G. **Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido**. Revista Brasileira de Educação Especial, São Paulo, v.1, n.2, p.65-73, 1994.

MENDES, Cleberson de L. RIBEIRO, Sonia M. **Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da produção a academia na área da educação**. Atos de Pesquisa em Educação – ISSN 1809-0354 Blumenau – vol. 12, n. 1, p.189-206 jan/abr.



**Educação como (re)Existência:
mudanças, conscientização e
conhecimentos.**

15, 16 e 17 de outubro de 2020

Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso - Maceió-AL

2017 DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2016v12n1p188-206>. Acessado em: 20 ago. 2020.